

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000242-50.2017.8.26.0555**
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **BEATRIZ APARECIDA ELIAS RIBEIRO**

VISTOS

BEATRIZ APARECIDA ELIAS RIBEIRO, qualificada a fls.10, foi denunciada como incurso no art.33, “caput”, c.c. art.40, inciso VI da Lei nº11.343/06, porque em 8.12.17, por volta de 16h20, na Rua Nelson Rios, nº50, Jardim Santa Felícia, em São Carlos, previamente ajustada e em um unidade de designios com as adolescentes Maria Eduarda Gonçalves e Thaina Andrade Cunha, guardava e tinha em depósito, para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 51 (cinquenta e uma) porções de maconha pesando 67g (sessenta e sete gramas) e 71 (setenta e um) tubos plásticos de cocaína, com peso bruto de 56g (cinquenta e seis gramas), substâncias que determinam dependência física e psíquica.

Policiais civis, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão expedido por esta vara, no processo físico nº 12127-28.2017, dirigiram-se ao referido imóvel, que seria ponto de venda de drogas, e encontraram uma maleta preta contendo porções de maconha e cocaína embaladas individualmente em invólucros transparentes, bem como R\$ 57,50 e uma agenda contendo várias anotações contábeis.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Chegando ao local, verificaram que a fachada era protegida por câmeras de segurança e concertina; ao tentarem entrar pelo portão não foram atendidos, mas perceberam estranha movimentação nos fundos da residência.

Após arrombarem a porta da frente, encontraram a adolescente Thainá, que subia por uma escada posicionada de modo a acessar uma casa vizinha; ato contínuo, viram a ré e a menor Maria Eduarda, que caíram ao tentar pular um obstáculo enquanto tentavam fugir.

As três foram questionadas e disseram que os moradores Jeferson e Luis Fernando fugiram do local em companhia de outras três pessoas.

Na sequência, os policiais iniciaram as buscas e, num dos quartos da residência, encontraram uma maleta preta com a droga e o dinheiro acima referidos.

Na residência havia, também, uma balança de precisão, um rolo de papel filme, 02 (duas) cadernetas, uma pochete contendo novas porções dos entorpecentes maconha e cocaína e R\$ 22,00 em cédulas trocadas.

Recebida a denúncia (fls.224), após notificação e defesa preliminar, sobrevieram citação e audiência de instrução, inquirição de três testemunhas comuns (fls.284/286) e interrogatório ao final (fls.287/288).

O Ministério Público requereu o exame



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

grafotécnico em audiência (fls.283).

Concedeu-se prisão domiciliar à ré com fundamento no HC nº 143.641/SP, do Egrégio Supremo Tribunal Federal (fls.319).

O laudo pericial grafotécnico foi juntado a fls.387/392.

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia; a defesa pediu o reconhecimento de nulidade e desentranhamento da perícia por violação aos direitos de não produzir provas contra si e de ter prévio conhecimento da acusação e dos efeitos de eventual colaboração ativa na produção das provas; no mérito, pediu a absolvição da ré por falta de provas e, subsidiariamente, a desclassificação para o art.35 da Lei de Drogas. Se reconhecido o tráfico, requereu pena mínima e aplicação do redutor do art.33, §4º, da Lei de Drogas, afastamento da causa de aumento, fixação do regime aberto, substituição da pena privativa por restritiva de direitos ou aplicação de sursis, e concessão do direito de apelar em liberdade.

É o relatório

D E C I D O

A materialidade está provada pelos laudos de exame químico-toxicológicos de fls.62/74 e, em que pesem respeitáveis argumentos da D. Defesa, a prova é bastante para a condenação, sem nulidade a ser reconhecida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há evidência de que a ré fora obrigada a fornecer material para o exame grafotécnico e, se quisesse, poderia ter-se recusado a fazê-lo.

Vale destacar que em audiência o Ministério Público requereu a realização desta prova (fls.283), em 16.3.18, na presença da ré e da I. Defesa que, se desejasse, poderia ter orientado a ré a não fornecer o material para o exame que seria realizado posteriormente, em 12.6.18 (fls.389).

Houve oportunidade para que a ré e a defesa tomassem conhecimento do pedido e, como o material foi fornecido e a prova feita, não houve discordância e, portanto, não há ilegalidade ou nulidade a serem reconhecidas no caso, sendo de rigor o afastamento do pedido de desentranhamento.

Observa-se a inexistência de norma legal que imponha ao juiz o dever de cientificar a ré de que ela não tem a obrigação de participar da prova pericial. Não há, portanto, prova ilícita, nos termos do art.157 do CPP.

Quando houver desinteresse da defesa técnica ou da ré, cabe a elas decidir, em conjunto, sobre a participação ou não em provas determinadas.

A exigência de informação sobre o direito ao silêncio existe para o ato do interrogatório, nos termos do art.186 do Código de Processo Penal, mas não para as provas periciais disciplinadas pelos arts.158 e 159 do CPP.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº678/92) não faz referência à prova pericial no art.8º, 2, "g", que trata unicamente do direito ao silêncio em situação de depoimento; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Decreto nº592/92, art.14, 3 "g") trata, igualmente, apenas do direito ao silêncio em depoimento e a Constituição Federal do Brasil, no art.5º, LXIII, dirigindo-se ao preso, também lhe garante o direito ao silêncio, assistência da família e de advogado, cuja atuação tem por finalidade permitir a orientação do acusado no tocante ao desenvolvimento dos atos processuais.

Quanto ao conteúdo desta prova grafotécnica, o perito observou (fls.392):

"nos cotejos realizados entre os manuscritos questionados e o material gráfico fornecido pela Senhora Beatriz Aparecida Elias Ribeiro foram observadas convergências gráficas no grau de habilidade do punho escritor, no alinhamento em relação à linha de pauta, na inclinação axial, na pressão exercida sobre o instrumento escritor, na velocidade e no andamento gráfico, no espaçamento interliteral e intergramatical, no calibre e na gênese de diversos caracteres e numerais, bem como nas palavras menos, mano, maconha e neguinho exaradas nas peças descritas nos subitens 2 (caderno) e 3 (agenda) do item I. Peças de Exame".

O investigador Antonio (fls.284) confirmou o encontro da droga descrita na denúncia numa maleta, pronta para venda; disse ter tido informações de que Jeferson e Luis Fernando moravam na casa, onde

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

havia câmeras e cerca elétrica, tudo para proteger a atividade ilícita e dificultar a ação policial.

Na hora da entrada dos policiais houve tentativa de fuga, das mulheres, que acabaram detidas, mas os cinco homens presentes conseguiram evadir-se.

O investigador ouviu, de Thainá, informalmente, que todos estavam na casa com a finalidade de praticar o tráfico de drogas, fato que se reforça pela perícia grafotécnica, com autoria dos manuscritos atribuída à ré.

O investigador José Roberto (fls.285) conseguiu deter Thainá, no momento em que ela e as demais mulheres tentavam a fuga que, no entanto, só foi conseguida pelos homens que estavam no local. Referiu-se ao encontro de documento da ré no local, o que motivou a prisão e a lavratura do flagrante.

Confirmou que o local era conhecido pela ocorrência do tráfico, o que faz crer que não havia, ali, pessoa que não soubesse disso. No local havia material para embalagem e balança de precisão, tudo próprio para o comércio ilícito.

Damião (fls.286) viu três homens fugindo do local, quando da chegada dos agentes públicos, além das três mulheres que foram detidas. Referiu-se, também, ao encontro do documento de identidade da ré num dos quartos.

Interrogada (fls.288), a ré disse que estava

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fazendo faxina no local, onde nunca havia estado antes. Teria sido chamada pela sobrinha, Maria Eduarda, para essa atividade; declarou não conhecer todos os rapazes que ali estavam.

A versão da ré, contudo, distancia-se do conjunto das provas. Contraria o laudo grafocténico, que atribuiu a ela a autoria de manuscritos encontrados no local, que são compatíveis com anotações de tráfico.

A afirmação de que estava no local pela primeira vez, para fazer faxina, não se coaduna com a existência desses manuscritos. Não era esperado que a ré ali tivesse escrito palavras como "maconha", "menos" ou "mano", conforme apontou o laudo pericial grafocténico, a indicar, com isso, com razoável certeza, o envolvimento da acusada no ilícito que, de acordo com a prova oral, era sabidamente praticado naquele local, o que motivou a ação policial.

De outro lado, um documento da ré estava ali, num dos cômodos, e não há prova de que estivesse fazendo faxina no conhecido ponto de tráfico. A presença do documento, na casa, é também indício de que a ré ali permanecia e não apenas tinha ido ali pela primeira vez, pois quem assim age não estaria, ao menos em princípio, à vontade para deixar documento longe de si, mais ainda num local em que o comércio ilícito era praticado de forma conhecida pela polícia.

Nessas circunstâncias, o envolvimento da ré não pode ser descartado e a condenação é de rigor, pois suficientemente provadas autoria e materialidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A presença de adolescentes naquelas circunstâncias, também tentando fugir, indica o envolvimento deles na prática ilícita. Não fosse assim não estariam ali naquele ambiente marcado pela traficância.

Inviável, assim, excluir a causa de aumento do art.40, VI, da Lei de Drogas, posto que duas adolescentes estavam naquele ambiente, no qual havia drogas, anotações, balança e material para embalagem, tudo indicando que se tratava de um ponto de comércio de substâncias entorpecentes.

A despeito da primariedade e bons antecedentes da ré (fls.183), as circunstâncias do local, envolvendo várias pessoas e adolescentes, com razoável e variada quantidade de droga e materiais usados para o comércio de drogas ilícitas (tudo isso indica a prática do tráfico e não de mera posse de droga para uso próprio), com anotações escritas compatíveis com o tráfico atribuídas à ré (observei o material apreendido, que se encontra em cartório, que indica a ocorrência do tráfico), revelam não ser ela uma frequentadora esporádica do ponto, nem faxineira recém-contratada, como dito no interrogatório.

Ao contrário, indicam que ela se dedicava à atividade criminosa não esporádica, o que afasta a possibilidade de reconhecimento do tráfico privilegiado, porquanto ausente requisito do art.33, §4º, da Lei de Drogas.

Nada há a indicar tenha a ré praticado unicamente o crime do art.35 da Lei de Drogas, haja vista as anotações a ela atribuídas, com característica compatível com anotação de tráfico, até porque


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

encontradas em ponto de tráfico, o que não permite reconhecer a pretendida desclassificação. A guarda e manutenção em depósito da droga referida na denúncia é conduta suficientemente descrita e atribuída à ré, que responde por essa atuação, independentemente da coautoria cuja apuração é feita em autos separados, sendo irrelevante, para a configuração do tráfico, que houvesse comprovada compra naquele momento, dada a quantidade de entorpecente, de duas naturezas.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Beatriz Aparecida Elias Ribeiro como incurso no art.33, caput, c.c. art.40, VI da Lei nº11.343/06.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerado a culpabilidade a normal do tipo, sem necessidade de elevação porquanto havia várias pessoas no local e a ré não era, aparentemente, a única responsável pela droga ali encontrada, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, calculados cada na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Reconhecida a causa de aumento do art.40, VI, da Lei de Drogas, elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, mais 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, no mínimo legal.

Sendo primária e de bons antecedentes, com maior potencial de ressocialização, objeto maior da sanção penal, o em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

observância à Súmula nº440, do E. Superior Tribunal de Justiça, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações.

A ré está presa desde 8.12.17 e, atualmente, em prisão domiciliar, conforme decisão do E. Supremo Tribunal Federal no HC nº 143.641/SP (fls.319). Não há alteração do regime, nos termos do art.387, §2º, do Código de Processo Penal, porquanto não atingidos os dois quintos da pena desde a data da prisão.

A ré continuará em prisão domiciliar até o trânsito em julgado ou determinação superior para início de execução da pena, posto que presentes os requisitos da prisão cautelar (fls.151/153), aqui convertida em domiciliar, nos termos da decisão da Egrégia Suprema Corte (fls.319).

Sem custas, por ser beneficiária da justiça gratuita e defendida pela Defensoria Pública Estadual.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de agosto de 2018

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**